

**Catarina Sarmento e Castro**

Secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes

**Intervenção da Secretária de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes,  
Catarina Sarmento e Castro, na Cerimónia de encerramento do Curso de Formação de  
Investigadores 2020, da Polícia Judiciária Militar**

Instituto Universitário Militar, Lisboa, 14 de abril de 2021



É com enorme satisfação que me associo hoje a esta simbólica, mas muito importante cerimónia, em representação do Sr. Ministro da Defesa Nacional.

Em qualquer instituição, os recursos humanos representam o instrumento mais valioso no cumprimento da sua missão. Aí reside a capacidade de inovação e de adaptação e aí reside a capacidade de escrutínio e aplicação de procedimentos e normas. Por isso, também no cumprimento da missão da Polícia Judiciária Militar, a captação, formação e retenção de quadros tem sido e permanece uma prioridade.

Esta prioridade está, aliás, bem presente na missão atribuída ao Sr. Comodoro Paulo Isabel nestas suas funções à frente da PJM e, tal como referiu o Sr. Diretor-geral, só pode ser plenamente cumprida devido ao empenho dos três Ramos das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana em disponibilizar os recursos



humanos necessários. Deixo por isso, em meu nome e do Sr. Ministro, um apelo para que se mantenha esse empenho e, estou certa de que o planeamento antecipado, na forma de um despacho de efetivos, certamente ajudará a assegurar.

Muito nos apraz, portanto, testemunhar esta importante colaboração interinstitucional, que representa, para o nosso país, uma garantia de salvaguarda da aplicação do Código de Justiça Militar a todas e a todos os militares que envergam as cores nacionais. Ninguém está e ninguém deve estar acima da lei e é nossa responsabilidade, enquanto servidores do Estado, assegurar que estão reunidas as condições para que essa função seja cabalmente cumprida, com elevada qualidade.

Por isso, muito nos deve orgulhar a conclusão de mais um curso de formação de investigadores, a sua credenciação e plena capacitação para reforçar o trabalho da Polícia Judiciária Militar.



Os mais de 100 investigadores que foram já formados desde 2004 representam um esforço significativo na capacitação das nossas Forças Armadas e de segurança e representa um compromisso continuado com a credibilização e valorização da missão da PJM. Esperamos continuar esse esforço em 2022, com mais 16 investigadores a serem formados.

Quero deixar uma palavra de apreço a todas as entidades que colaboram regularmente com a PJM na formação dos seus investigadores – um empenho que o Ministério da Defesa Nacional muito aprecia. E quero deixar também uma palavra de estímulo todas e a todos os novos investigadores, para que dignifiquem o vosso trabalho e da instituição que servem, com a vossa disponibilidade diária, retitude e sentido de serviço que é apanágio dos militares portugueses e que, estou certa, continuarão a marcar nas vossas ações nestas funções.

É frequente falar-se da qualidade superior dos quadros das Forças Armadas Portuguesas e dos seus desempenhos exemplares, reconhecidos hoje, não apenas pelos portugueses, mas pelos nossos parceiros e aliados. Isso deve-se ao extraordinário trabalho que é feito pelos ramos das Forças Armadas na transmissão de uma cultura militar multiseular, com uma forte identidade, mas simultaneamente empenhada na inovação, na atualização permanente e na capacitação dos seus recursos humanos com a melhor doutrina, as melhores oportunidades de treino e os melhores meios. Uma força profissional, de forte identidade e superiormente capacitada.

As limitações que se impõem a um país da nossa dimensão e com os nossos recursos não são aspetos menores e, em muitos casos, são já elementos estruturais da nossa realidade. Num país com acentuada quebra demográfica, com dificuldades económicas e financeiras mais ou menos permanente e onde o conhecimento

dos cidadãos sobre a Defesa Nacional e as suas Forças Armadas e de Segurança é ainda reduzido, é nossa obrigação trabalhar diariamente para dignificar a imagem das instituições que servimos e para demonstrar que o investimento público, que se faz no reforço de instituições como a Polícia Judiciária Militar, representa uma garantia de equidade, de justiça e escrutínio que, em democracia, são pilares fundamentais.

Gostaria de deixar uma nota de grande apreço pela iniciativa de disponibilizar publicamente um relatório anual de criminalidade, que em democracias consolidadas e maduras deve ser entendido como um exercício pedagógico que fortalece a ligação entre os cidadãos e as instituições e que permite extrair lições, apresentar recomendações de melhoria e, acima de tudo, contribui para a permanente atualização de procedimentos e abordagens que assegurem os melhores resultados.



Há naturalmente riscos associados a este exercício e que passam pelo aproveitamento político deste ato de transparência. Mas os portugueses sabem bem que não há democracia sem diálogo e que apenas somos tão fortes quanto o nosso elo mais fraco. Por isso, só empenhados na melhoria permanente e na defesa intransigente das nossas instituições – e não no seu ataque e destruturação – podemos ambicionar, com este passo, reforçar a nossa democracia e as nossas instituições.

A terminar, merece referência o papel da PJM na Unidade de Prevenção de Assédio da Defesa Nacional, recentemente criada por Despacho do Senhor Ministro da Defesa Nacional. Ainda que esta Unidade tenha ficado sediada na Secretaria-geral do Ministério da Defesa, considerou-se essencial que um elemento da PJM integrasse esta Unidade. Assim, a formalização dos procedimentos aplicáveis em matéria de denúncia de assédio, violência sexual ou discriminação, beneficia em muito dos



mecanismos já disponibilizados pela PJM, designadamente o serviço de piquete e o portal de denúncias online, o que dignifica em muito o papel da PJM neste âmbito, bem como do seu pessoal no combate a este tipo de flagelos.

Concluo reiterando os meus votos de sucesso a todas e a todos os investigadores, nas suas novas funções, e agradecendo a todos os que colaboram com a Polícia Judiciária Militar e que nela trabalham. Podem continuar a contar com o apoio inequívoco da tutela da Defesa Nacional nesse esforço de consolidação de uma Polícia Judiciária Militar plenamente capaz e cuja missão permanece insubstituível no nosso ordenamento jurídico.

Muitos parabéns!